

ENTREVISTA// MÁRIO MAMEDE

“Não merecemos reconhecimento?”

Mário Mamede, 59 anos, está na Secretaria de Direitos Humanos desde 13 de janeiro de 2003. Há cinco meses, quando a pasta perdeu o status de ministério, foi indicado pelo ex-ministro Nilmário Miranda para ocupar o cargo. Prestes a deixá-lo, afirma que muitas ações foram desenvolvidas durante esse tempo e que grande parte das críticas feitas à gestão de direitos humanos é descabida.

O senhor foi convidado para ocupar o cargo de ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos?

Não houve nenhuma formulação nesse sentido.

Não ficou incomodado?

Quando Nilmário Miranda saiu

104
fiquei na titularidade da subsecretaria. Vim para cá por um convite político de alto nível de confiança. Desde o começo, quando o cargo foi transferido, minha primeira tarefa seria dar visibilidade à secretaria. A minha grande utopia era resgatar o status de ministério. Trabalhei sempre nesse sentido, respeitando a hierarquia. Nenhuma ação foi interrompida e esperamos que isso se mantenha. Considero-me um militante dos direitos humanos. Se o presidente ou o próximo secretário achar pertinente que eu ocupe alguma área dentro da secretaria, vamos conversar. Se não, continuo militando.

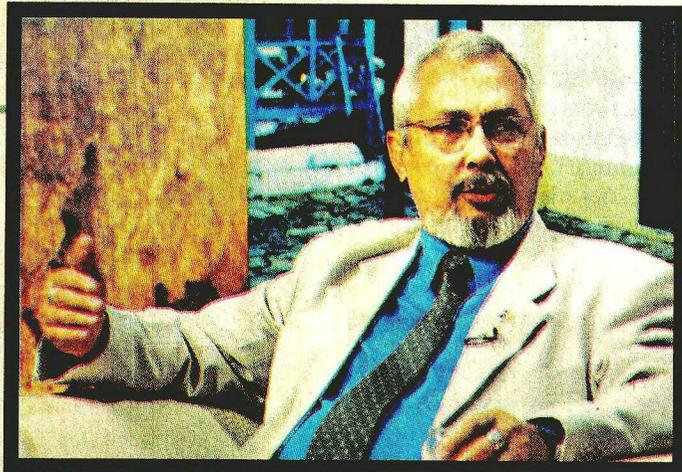
Os movimentos sociais dizem que falta diálogo por parte da secretaria.

O diálogo com movimento social sempre existiu. Minha agenda está permanentemente atenta a qualquer movimento social. Há uma limitação de tempo e não há condições de atender num prazo curto. Conflitos fazem parte das relações democráticas, refletem que cada um tem um papel para desenvolver. A sociedade tem que apresentar críticas e possibilidades de superação. Já o Estado tem um compromisso ético de atender às demandas da sociedade.

Mas os militantes fazem muitas críticas à secretaria.

Muitas são desmedidas. Dizer que não há diálogo? Tem que ter uma clareza e especificar onde e quando não houve diálogo. Disseram que despencou a credibilidade da secretaria. Em que

Antonio Cruz/ABr



sentido? Isso é uma frase de efeito interessante, mas que não ajuda a construir nada. Disseram que acabou o respeito entre as partes. Quais partes? É preciso analisar as inúmeras áreas de ação que temos, as parcerias que estão evoluindo e a pluralidade da nossa ação. Hoje, podemos dizer que não há uma ação ministerial desse governo que não está empenhada com a garantia dos direitos humanos. Será que não merecemos nenhum reconhecimento?

No caso do orçamento, as críticas são de que, com pouco dinheiro, não há muito o que se fazer na área de direitos humanos.

A proposta orçamentária do governo federal tem que obrigatoriamente passar pelo equilíbrio das instituições do Estado. Quem tem que apresentar emendas são deputados e a sociedade. Não nos cabe dizer ao Congresso onde deve aumentar, onde deve diminuir os recursos. (PO)